



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1983.

QUARTA-FEIRA

SUPLENTE:

Orlando Pessuti

José Antônio Fonseca.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Ivan Gubert.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada, Tadeu França, Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Pelo que me consta, Sr. Presidente, não há número regimental para o início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Então, procederemos à chamada nominal para constatação de quorum. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Há número legal para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

A Liderança do PMDB, vem indicar, para composição da CPI da SAÚDE, o nome dos seguintes Srs. Deputados:

TITULARES:

Márcio Almeida

Nelson Vasconcellos

Amélia Hruschka

Sérgio Spada

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de regozijo pela outorga da "Croce di Grande Ufficiale Dell'Ordine al Merito della Repubblica Italiana", concedida pela República da Itália, ao ilustríssimo Senhor Evaristo Comolatti, personalidade das mais destacadas na sociedade paranaense.

Tal efeméride vem destacar no conceito da República Italiana os valiosos préstimos que o homenageado sempre empreendeu em prol da união e estreitamento dos laços de amizade que uniram as duas Repúblicas irmãs.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa dê-se ciência ao homenageado e ao Consulado da Itália em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) IRONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor CLAUS MAGNUM GERMER, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando providências urgentes no sentido de instalar uma Unidade Veterinária daquela Secretaria, no Município de DOIS VIZINHOS.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Com uma área de 732,840 km², o Município de Dois Vizinhos conta com aproximadamente 3.000 propriedades rurais, explorando o ramo pecuário nas mais diversas modalidades, tais como: bovina, suína, avícola, equina, caprina, etc..

A bovinocultura caracteriza-se essencialmente pela exploração da carne, possuindo, não obstante, considerável rebanho com finalidade leiteira, além de apresentar grande potencial no campo da avicultura e suinocultura.

Saliente-se ainda que existe no Município de Dois Vizinhos uma unidade do Grupo SADIA, representada pelo Moinho da Lapa S/A., o que por si só vem a exigir cuidados crescentes no que se refere às atividades relacionadas à produção de matéria prima animal, justificando plenamente a reivindicação ora formulada.

Por outro lado, são inúmeras as queixas e reclamações dos produtores, que atualmente necessitam se deslocar até Salto do Lontra para processar o cadastramento de seus animais, no que se refere ao controle da vacinação contra a peste suína e aftosa, razão porque a presente solicitação retrata a vontade expressa de todas as lideranças locais.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pelas normas inseridas na Constituição Estadual, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, de teor seguinte:

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A atenção do parlamentar diante de reivindicações pelos diversos segmentos sociais freqüentemente levam nossa Casa apoiar algumas vezes, além de sua competência, pontos sérios a serem considerados.

É o que se traduz dos incessantes reclamos por parte da dinâmica e laboriosa população do Município de Icaraíma em busca de implantação local de serviços importantes.

Assim entendido, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de sugerir a determinação de medidas pertinentes a criação e instalação de Comarca no Município de Icaraíma, deste Estado do Paraná.

Icaraíma conta com uma população de aproximadamente 23.000 habitantes, com um potencial eleitoral de 11.110 eleitores inscritos regularmente, distante 90 quilômetros da cidade de Umuarama, Município limítrofe com o Rio Paraná, por si só, área que absorve os remanescentes deixados pela expressiva movimentação de pessoas entre Paraná-Mato Grosso do Sul-Paraguai, transpasse de mercadorias e produtos agropecuários, aspectos que justificam a aplicação na área de atenções administrativas e serviços judiciários.

Desta forma, os paranaenses da área, esperam de Vossa Excelência, o acolhimento de suas pretensões o que traduzirá feliz exemplo de salvaguarda dos interesses de toda aquela coletividade.

Na certeza do acatamento a esta sugestão, que espero ver concretizada, manifesto a gratidão do povo de Icaraíma e a confiança que depositamos nos Ministros da Justiça de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, com o sentido de que o mesmo encete urgentes providências para determinar o imediato e inadiável funcionamento do Serviço Telefônico, já instalado nos Municípios de Piên, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e na localidade de Tricolândia.

Ocorre, Senhor Presidente, que informações de fontes fidedignas, nos dão conta que no transcorrer do ano passado a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, instalou naquele município um serviço telefônico, o que criou um clima de euforia entre seus habitantes que vislumbravam, em breves dias, poder contar com esse essencial serviço de utilidade pública.

Qual não foi a surpresa dos munícipes, ao perceber que as instalações físicas do referido posto telefônico, ali se encontravam prenhes de problemas técnicos e sem condições de funcionamento, cuja solução dependeria de serviços especializados que deixaram de ser efetivados, embora a boa vontade dos eventuais utilizadores das linhas que se prontificaram a auxiliar na solução do problema, inclusive, modificando equipamentos já existentes, por sua própria conta e risco.

Ademais, a necessidade de comunicação telefônica em nossos dias, torna-se evidente, face às constantes altas dos preços dos combustíveis, que estão a acarretar problemas de grave seriedade a todos aqueles que necessitam percorrer distâncias para

realizarem qualquer forma de contato ou comunicação. E é o que se vê nesse município que, mesmo possuindo, já instalado o serviço telefônico, obriga-se a deslocamentos constantes para suas comunicações, com graves prejuízos pessoais e ao comércio, agricultura e indústrias locais.

Assim, é de ser solicitado à TELEPAR, o envio àquela localidade de técnicos capacitados a solucionar o problema, cuja solução amenizará os grandes transtornos até então causados.

Solicita, outrossim, que além do inteiro teor deste requerimento, seja, ainda, encaminhada em anexo, a cópia do pronunciamento que a este junto.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,, após ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos desta Casa, no dia de hoje, do artigo intitulado "Comunidade recupera rio", do jornalista Antônio Luiz de Matos, publicado no jornal "Folha de Londrina", de 05 de março de 1983.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 21/83

Art. 1º — Os cargos de Reitores e Diretores das Universidades e Faculdades Estaduais, serão preenchidas por Professores de notória capacidade profissional e reputação ilibada.

Art. 2º — O preenchimento dos cargos referidos no artigo anterior, será feito mediante eleição direta e secreta da qual todos os professores que se enquadrarem nos requisitos do artigo 1º e terão direito a voto todos os membros do corpo docente, discente e os integrantes do quadro de funcionários do estabelecimento ou instituição.

§ 1º — O voto será individual, sendo vedado, sob qualquer pretexto, o voto de qualidade, sendo que, o exercício eleitoral é obrigatório

§ 2º — A falta, injustificada, às eleições para a escolha do Reitor ou Diretor do Estabelecimento ou Instituição, será punida na forma do Regimento Interno, ou Regulamento a ser elaborado até 30 (trinta) dias antecedentes ao pleito.

Art. 3º — Os três candidatos que obtiverem o maior número de sufrágios, constarão da relação, por ordem decrescente de votos obtidos, cujo rol será encaminhado à Secretaria de Estado da Educação..

Parágrafo único — A Secretaria de Estado da Educação, com base nesses nomes elaborará relatório circunstanciado sobre os postulantes, indicando o que reunir melhores condições para o cargo e enviado ao Governador do Estado para nomeação.

Art. 4º — É vedada a reeleição para os ocupantes dos cargos mencionados nesta lei, no período imediatamente posterior ao exercício daquelas funções.

Art. 5º — Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação, fixando datas para as eleições, procedimento e duração dos mandatos da presente lei.

Art. 6º — Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O exercício da democracia, em sua plenitude, é medida altamente salutar a todas as pessoas. Deixarmos de teorizar

e aplicarmos na prática a verdadeira essência da plenitude democrática, evidenciará a todos, a capacidade de discernir e de escolher, que possui, há muito tempo o nosso povo e que, até então, não foi colocada em ação, em vista do bloqueio das atitudes excepcionais que nos cercavam até recentemente.

Há que se ouvir a manifestação de vontade das pessoas diretamente interessadas nos problemas que afligem as comunidades e afastarmos, de vez, o autoritarismo e a preciosa política do apadrinhamento, no preenchimento destes importantes cargos públicos.

Esta prática, aqui proposta, servirá, ademais, para a melhoria das condições de ensino, cuja providência é grande anseio de mestres e alunos, demonstrando em suas manifestações públicas.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Mesa registra a presença, nesta Casa de Leis, do Vereador Jurandir Romeiro, de Cianorte.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através destes quase trinta anos de vida pública, representante sempre fui de parcela do povo, pela generosidade deste mesmo povo, sempre aprendi a respeitar o resultado das urnas; sempre aprendi a respeitar a vontade soberana do povo.

Neste ano de 1983, a vontade soberana do povo é que o PMDB dirija os destinos do meu Estado, de nosso Estado. E, por extensão, a maioria dos Srs. Deputados desta Casa, que são componentes da Bancada do PMDB, passem a dirigir os trabalhos desta Casa.

Aprendi, porque no passado também dirigi os trabalhos, nesta Casa, pela vontade soberana da maioria. Então, aprendi a me curvar sempre à vontade do povo, sempre à vontade da maioria. Entretanto, tenho que discordar de alguns atos da Comissão Executiva desta Casa que, a pretexto de moralização do Poder Legislativo, e não se pode falar em moralização porque o PMDB, hoje maioria, ontem minoria, sempre teve representante na Comissão Executiva e nunca ouvi da voz deste representante do PMDB qualquer referência às imoralidades que se cometiam nesta Casa, que haviam sido cometidas nesta Casa... Portanto, falece autoridade, à bancada do PMDB, hoje, para falar em moralidade do Poder Legislativo, que participaram da Comissão Executiva e jamais denunciaram supostas imoralidades nesta Casa.

A pretexto de se moralizar o Poder Legislativo, vêm investindo de uma forma indiscriminada, contra todos os funcionários do Poder. Vejam que não estou defendendo aqueles que não comparecem ao trabalho, aqueles que efetivamente precisam de uma ação mais coercitiva por parte da Comissão Executiva. Mas, venho defender aqueles que sempre trabalharam pelo engrandecimento do Poder Legislativo e que hoje são obrigados a bater um cartão de um relógio-ponto. Gostaria de perguntar, à Comissão Executiva, a que leva isto? Obrigar, por exemplo, o Presidente de um partido político, o Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado por duas Legislaturas nesta Casa, que deixou marcado nos Anais da Casa seu espírito público, seu patriotismo, seu desejo de servir à coletividade, hoje humilhado a ter que entrar numa fila, para bater um relógio-ponto apenas porque não se reelegeu e é funcionário desta Casa. Refiro-me ao ex-Deputado Adalberto Daros. Isto me revolta, porque o comparecimento não significa eficiência. Eficiência destes funcionários que, sem olhar hora, ficam até 19, 20, 21 horas. Se a sessão for até às 22:00 horas, eles ficam sem receber nenhuma remuneração extra pelos seus trabalhos.

Não entendo este conceito de moral que faz a Comissão Executiva. O conceito de moral é muito relativo, varia de povo

para povo. Na antiga Creta as mulheres eram punidas, chicoteadas, se mostrassem o tornozelo.

Entretanto, andavam com o busto nu. O conceito de moral, varia. Pergunto: - Qual o conceito de moral da Comissão Executiva, que sem necessidade, está contratando novos funcionários, para cumprir compromissos políticos assumidos antes das eleições. Não me convencem os argumentos da Comissão Executiva; sinceramente não me convencem.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu protesto, pela forma indiscriminada com que se tratam bons e maus funcionários neste Poder. Os maus devem ter um tratamento diverso, até um inquérito administrativo, para exclusão dos quadros da Assembléia Legislativa, como eu fiz quando era Presidente. Que demiti inúmeros funcionários, mas dentro da lei. Agora, nivelar todos. O bom pelo mau, é uma injustiça que cala profundamente, na alma, no coração do servidor público.

O meu protesto, é uma solidariedade ao homem público. Deve-se ter respeito por aqueles que exerceram o mandato popular; por aqueles que por uma contingência política, hoje estão aliados da representação popular. Mas que tiveram uma passagem digna, decente e exemplar por este Poder Legislativo; estes não podem entrar na mácula; é por isso que eu faço o meu protesto.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. Prefeito de Roncador, Augusto Becker.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Os jornais de hoje estampam nova mentira dos homens do PMDB, novas promessas descumpridas, outras esperanças frustradas. O presidente da Associação dos Professores do Paraná acusa, frontalmente, não estar sendo cumprido o apregoado programa do PMDB, que defende eleições diretas para direções dos colégios e o fim dos comandos políticos na escolha dos diretores. Acontece que o Governo já marcou a data de 13 de maio para composição de lista tríplice dos diretores de escolas estaduais, sem definir melhor os critérios para adoção da medida, e não ouviu a entidade, que vem estudando a referida questão há vários anos. Os professores se reúnem hoje à tarde (ontem) para demonstrar seu descontentamento, pois, o tempo passa e nada acontece. Recorde-se a carta aberta dirigida por José Richa, aos professores do Paraná, datada de 15 de outubro do último ano, onde em certo trecho é possível ler esta afirmativa: “Não temos palavras vazias contrariando as atitudes políticas. Não temos promessas messiânicas distanciadas da realidade paranaense. Temos propostas políticas: democratização do Poder, participação comunitária e melhorias das condições de vida dos paranaenses”. E, em outro trecho: “Nosso compromisso com a educação e os educadores não surgiu no processo eleitoral. Vem de nossa prática administrativa e se ajusta no programa de nosso partido”. Agora, em “passe de mágica”, começam as fases de estudos, as promessas adiadas, e a digna classe continua aguardando a solução de seus problemas. Não se alegue, como tem sido alegado nesta Casa, que o atual Governo ainda não teve tempo para nada. Não era o que diziam os homens do PMDB, pelo menos até 15 de novembro último. Segundo eles, tudo já estava equacionado, e bastava chegar ao Palácio Iguaçu, para tudo se resolver”. E o que está resolvido? Pergunto desta tribuna aos Srs. Deputados do PMDB.

O Governador José Richa reuniu o seu Secretariado e os seus Assessores mais diretos, para discutir a problemática da escolha das direções nas escolas e definiu que seriam eleitos

professores pelo voto dos alunos com mais de 14 anos; pelo voto dos professores; pelo voto dos pais de alunos.

Mas, diz o Governador e define, que a lista tríplice eleita, ainda terá que passar pelo crivo da Casa Civil e da Senhora Secretária da Educação.

Não! Se a eleição é direta, tem que se admitir que o mais votado é o Diretor do Colégio porque há de se respeitar a soberana intenção e o voto livre dos que têm direito a votar nas escolas do Estado.

Mas, antes das eleições, seria o PMDB a salvação do setor educacional do Paraná. E nós não vimos nada, até hoje; nada se inovou. Apenas as vazias promessas eleitoreiras que foram apreçadas nos palanques públicos, e, hoje, se faz diferente.

Queremos, sim, que o PMDB acerte, que bem administre este Estado, mas esqueça a época das eleições, e comece a por os pés no chão, e, de cabeça fria, decida o destino do Paraná, que o PDS, aqui nesta Casa, irá aplaudir os atos do Governo pemedebista do nosso Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta, mas o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, terceiro orador inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "As possibilidades de sobrevivência do homem em qualquer região do planeta, sempre estiveram condicionadas a um suprimento abundante e puro de água.

Mesmo as civilizações antigas nos testemunham esta dependência, visto que obras grandiosas foram realizadas para permitir às cidades, o abastecimento deste precioso líquido. As civilizações que não o fizeram, acabaram, mais cedo ou mais tarde, por perecer.

Em nossa época, quando nos gabamos de pertencer a uma civilização tecnológica, para a qual os recursos e a capacidade de construção têm vencido os mais portentosos problemas de engenharia, não mais se justifica que, num País que se diz civilizado, uma cidade do porte de Campo Mourão venha passando pela situação atual, onde uma população de quase 60.000 habitantes é servida de água de origem duvidosa, para não dizer francamente contaminada por defensivos agrícolas.

Tratando-se de uma região com uma agricultura em franca expansão, e uma população crescente, abandonadas as fontes que abasteciam a cidade, por serem insuficientes, passou-se a captar água do Rio do Campo, que após tratamento pela SANEPAR passou a ser distribuída à cidade. Acontece, no entanto que desde 1979, quando o Lions Club local o fez pela primeira vez, vem sendo denunciada a contaminação daquele manancial por defensivos agrícolas, tendo sido, inclusive, encontrados, em diversas oportunidades, animais mortos por envenenamento em suas margens.

Tratando-se de responsabilidade da SANEPAR, àquela empresa estatal foram dirigidos os primeiros apelos que obtiveram, no Governo anterior, a resposta de que era impossível tomar qualquer providência por não caber à empresa a responsabilidade pela conservação do rio.

O núcleo regional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, no entanto, numa iniciativa toda meritória encetou campanha logo apoiada pela Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Cooperativa Agropecuária Mourãoense, Rotary, Lions, ITC, ACARPA, Banco do Brasil e outros visando, não somente levantar a extensão do problema, como a recuperação da própria bacia do Rio do Campo, iniciativa de vital importância para a saúde da população local.

Uma medida de tal natureza, Srs. Deputados, requer, no entanto, recursos financeiros de certa monta e a Secretaria do Planejamento, ainda no Governo anterior liberou recursos que

são, contudo, insuficientes para as necessidades do projeto.

Segundo cálculos de técnicos envolvidos no projeto, cerca de 30 milhões de cruzeiros ainda seriam necessários para a conclusão dos serviços.

A esperança da região reside na FAO (Organização de Alimentação e Agricultura) - através do programa da ONU para Preservação do Meio Ambiente, da qual um técnico, dará um parecer no sentido de que sejam destinados recursos para a execução de um projeto de recuperação e manejo da bacia hidrográfica.

Essas medidas, já tomadas, devem também sensibilizar os Poderes Estaduais, através de seus órgãos competentes, que deverão acompanhar os trabalhos e facilitar a liberação das verbas que se façam necessárias.

É a saúde de um significativo grupo de paranaenses que está em jogo e o Poder Público tem o dever de zelar pelo bem estar de seus cidadãos.

É nesse sentido que faço, aqui desta tribuna, um veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que determine as providências que se fizerem necessárias e solicito, outrossim, seja encaminhada cópia, de inteiro teor ao jornalista ANTÔNIO LUIZ DE MATOS, da sucursal da "Folha de Londrina", em Campo Mourão, de cujo artigo, publicado em 05 de março do corrente ano, extraímos os dados para o presente pronunciamento".

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste plenário, do Sr. Wilson Ferreira, Vereador em Jacarezinho.

Concedo a palavra, ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com sentimento, é com o coração magoado que assomo à tribuna na tarde de hoje, para dizer que, nós que sairemos desta Assembléia, após cinco Legislaturas consecutivas, sentimos muito ao ver os nossos funcionários coagidos, funcionários de alto gabarito, tendo que bater ponto, homens, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já foram Deputados, homens e mulheres funcionários da mais alta estirpe de responsabilidade para tocar o movimento desta Casa!

Sr. Presidente, perdoe-me a ingerência, talvez indébita.

Meus caros Deputados, Imprensa do meu Paraná, anomalia se vê quando existe bandalheira numa casa, mas, esta Casa que é a nossa Casa até o dia em que deixarmos de ser Deputado, deveríamos respeitar o trabalho e a dedicação de funcionários que hoje estão coagidos, parecendo, Sr. Presidente, parecendo, Srs. Deputados, um regime nazista! Se nós não temos força, se a Casa política que é a Assembléia Legislativa, não tem forças para controlar os seus funcionários, e considere, precisa botar sob o tacão da ditadura nazista, botar a vigilância e o patrulhamento do relógio-ponto, Sr. Presidente, investindo 1 milhão de cruzeiros ou talvez mais, ao invés de o investirmos em uma ambulância, eis que as nossas ambulâncias estão caindo em pedaços, para trazermos nossos doentes e fazermos a devida triagem e daí seguirmos o ensinamento de Cristo: "Daí lenitivo e consolo aos que padecem", então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos dando um exemplo perigoso!

Sabemos que o Partido da Oposição ontem, Partido da Situação hoje, levou 80% da votação dos funcionários da Assembléia, todos dignos, todos honrados, todos trabalhadores honestos que estão aqui trabalhando, Sr. Presidente, Srs. Deputados e alguns deles, que foram demitidos a bem do serviço público estão cogitando a sua volta, a sua volta para um alto cargo na Assembléia Legislativa, que haveremos de denunciar, porque esta tribuna nos pertence, esta tribuna, Sr. Presidente, é para

fazer o que Vossas Excelências, faziam ao denunciar qualquer inverdade do nosso partido.

Haveremos, Sr. Presidente - apenas um alerta - de denunciar a volta de um funcionário demitido a bem do serviço público, para ser chefe, para pertencer ao quadro das comissões, desta Casa. Não vamos tolerar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui um repúdio isolado de um Deputado, porque não é justo, não é humano. É desumano o que estão fazendo contra o funcionalismo da Casa.

Sr. Presidente, Membros da digna Bancada do PMDB, lembrem-se, 80% dos funcionários da Casa, votaram no Partido do PMDB e nós estamos aqui, Sr. Presidente, para repudiar esse ato. O dinheiro do povo não é para perseguições, o dinheiro do o dinheiro do povo é para aplicar em benefício do próprio povo. Apenas uma sugestão, Membros desta douta Comissão Executiva, com um milhão e duzentos compraria-se quatro ambulâncias para dar consolo, Sr. Presidente, porque as nossas ambulâncias são uma vergonha nacional.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intervenção nesta tribuna, no dia de hoje, prende-se mais uma vez a um registro que devemos fazer nesta Casa e que objetiva uma atenção especial, a estrutura do aparelho policial do Estado do Paraná.

Venho mais uma vez em nome da comunidade dos Campos Gerais, em particular da sociedade pontagrossense para repetir de forma incansável e enérgica, que precisamos dar as mãos, precisamos de uma reconciliação partidária neste instante, para juntos tratarmos de um assunto de grande magnitude, de fundamental importância na preservação da sociedade. Refiro-me às necessidades imediatas que devem ser adotadas, no sentido de oferecer ao aparelho policial, recursos humanos e recursos materiais compatíveis com a dimensão do desafio que recebe esse setor do serviço público, no Estado do Paraná.

Ponta Grossa viveu na semana passada, mais um caso de agressão que não se esgotou no indivíduo, mas que transbordou toda sociedade.

Todos nós sabemos que quando as ocorrências policiais se fazem acontecer com integrantes das camadas mais simples da população, a repercussão não vai além da coluna cotidiana publicada pelos jornais locais ou estaduais.

Porém, quando o fato ocorre com integrantes da classe média ou da classe alta, enfim, quando ocorre com aqueles que integram a massa crítica da sociedade que elabora a opinião pública a preocupação se acentua e o medo se estabelece.

Registro aqui, que no dia de sábado, próximo passado, o ilustre cidadão pontagrossense, Ary Schmidt, integrante de tradicional família de Ponta Grossa, profissional liberal, quando chegava à sua casa, foi interpelado por três indivíduos que o raptaram tomando seu próprio automóvel, submetendo-se a uma série de serviços, abandonando-o nas imediações de Telêmaco Borba.

A notícia se difundiu e a Páscoa dos pontagrossenses se fez sentir num clima de medo.

Vejam bem, Srs., já disse aqui em intervenção anterior, se isto era um fenômeno da sociedade moderna, na minha comunidade isto não acontecia.

Nos últimos oito meses, aconteceram assaltos à mão arma-

da em diferentes pontos da cidade, na grande maioria desses assaltos até o dia de hoje não se chegou a uma conclusão, não se desvendou os responsáveis. E na medida em que o tempo foi passando, a instabilidade foi crescendo.

Lembro aqui, que em 1981, devido ao índice bastante baixo de ocorrências dessa natureza na Cidade de Ponta Grossa, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, promoveu um ciclo de estudos cujo tema foi o "Fenômeno da Violência suas Causas e Soluções". E hoje, paradoxalmente, nós nos vemos envolvidos na agonia desse espectro. Quero ressaltar a reação da comunidade pontagrossense, através das suas mais legítimas lideranças do campo econômico e do campo da intelectualidade princesina, citando a Associação Comercial Industrial de Ponta Grossa fará desenvolver na próxima sexta-feira, um debate com todos os setores da sociedade pontagrossense a fim de definirmos uma linha de ação em que o esforço comunitário se fará presente, na tentativa de sustentação, de dar apoio efetivo ao aparato policial, ora em vigor.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, à Senhora Deputada Irondy Pugliesi. A SRA. IRONDI PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Deputada. (Lê):

"Em primeiro lugar, quero dizer sobre deselegância do Deputado Jorge Maia que se referiu ao meu pronunciamento, aqui ontem, no pequeno expediente, não estando eu presente. E justifico a minha ausência porque estava naquela hora na SUCEPAR atendendo a população da cidade de Nossa Senhora das Graças, que se encontra com um problema gravíssimo.

Em segundo lugar, deixar claro aqui que represento uma parcela da população que acreditou na proposta política apresentada por mim e pelo Prefeito de Arapongas, Waldyr Pugliesi. Proposta política por nós apresentada, já durante anos e anos de luta, e que é do conhecimento de todos. E deixar claro que não fazemos votos em cima de frigorífico que só se preocupa com notas frias na defesa do seu interesse, onde se abate um número "X" de reses e se apresenta ao fisco um número "Y". Que lesa o povo, lesando o FUNRURAL, o Imposto de Renda, o ICM, o IPI, O FINSOCIAL, etc.

Temos, no País, a maxidesvalorização, mas o Deputado defende os maxigatões.

Pergunto eu ao Deputado:

Onde esteve o Deputado durante todos esses anos, em que estivemos combatendo a ditadura? Em que estivemos ao lado dos oprimidos?

Estava o Deputado ao lado dos Prefeitos que espoliavam o patrimônio público? Do ex-Prefeito de Arapongas que praticou seis anos de massacre, de nazismo e de arrocho salarial?

Ao lado desse ex-Prefeito que recusou em 1980 um salário justo fixado pela Câmara, mas recusado para fazer demagogia, porque quem tem com a família, oito Cartórios do Paraná, não precisa de salário algum, assim como os que possuem frigorífico. Não precisa de salário descente quem tem irmão aposentado pelo Tribunal de Contas, tendo trabalhado apenas sete meses e dezesseis dias, aposentado aos trinta e cinco anos, com trinta e cinco anos de serviço, fazendo inveja ao Saul Raiz e recebendo no ano passado Cr\$ 717.851,15 mensais, sem trabalhar.

E quanto ganha o Deputado?

O ex-Prefeito de Arapongas vai responder na Justiça o porquê que não cumpriu a Lei Orçamentária por ele mesmo elaborada antes das eleições.

o porquê que só depois das eleições, que ele perdeu, é que arbitrariamente resolveu lesar o povo de Arapongas não cobrando os impostos no seu valor real. Porque só nos dois últimos meses, de um mandato de seis anos, depois de perder as eleições, é que ficou tão generoso com a população.

Em terceiro lugar, quero lamentar a ignorância do Deputado e pedir ao companheiro Presidente, que a mesa encaminhe a ele Lei Orgânica dos Municípios para que tome conhecimento de que quem fixa os vencimentos dos Prefeitos é a Câmara de Vereadores e não o Prefeito.

É que o Deputado, acostumado ao arbítrio e a convivência com pessoas como os ex-Prefeitos, os das notas frias, pensa que o Prefeito Waldyr Pugliesi tem o mesmo comportamento corrupto.

Quero lembrar também a ignorância do Deputado por não saber diferenciar SALÁRIO DE VERBA DE REPRESENTAÇÃO, que é de 2/3 sobre o salário.

O salário do Prefeito Waldyr Pugliesi, Deputado, é de Cr\$... 540.000,00 mil cruzeiros.

Pergunto novamente ao Deputado, quanto recebe pelo seu trabalho? Quanto recebem os Prefeitos do Paraná? O Deputado já perguntou, já se interessou em saber?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada.

O povo paranaense, nas eleições de novembro, devolveu à Câmara Federal uma das maiores expressões políticas deste País, o Deputado Alencar Furtado. O voto popular, restaurou-lhe o mandato e renegou a cassação perpetrada pelo regime como forma de calar sua voz democrática, seus anseios populares, sua defesa da nacionalidade.

Alencar Furtado retornou empunhando as mesmas bandeiras. E sua primeira iniciativa foi um pronunciamento que considero de importância histórica nesta quadra de dificuldades que vive a Nação. Um profundo corte em nossa realidade. A indicação dos principais problemas que enfrentamos, com a lucidez e inteligência que sempre o caracterizou e a sensibilidade do homem que vive os dramas de seu povo.

O centro de preocupações deste pronunciamento, é a perda de nossa soberania. O processo inaugurado já mais de vinte anos e que se consolidou sob o regime autoritário e violento que tem como traço mais evidente a rápida concentração da economia e sua transferência ao capital estrangeiro. Alencar Furtado retoma, na verdade, a tarefa que realizava no momento em que foi cassado: a defesa da Nação, ameaçada pelo entreguismo da política vigente.

Já faz mais de 150 anos que o Brasil se livrou do jugo colonial português e não conquistou ainda uma verdadeira independência. De colônia portuguesa, se transformou em Nação dependente da Inglaterra, depois se integrou na esfera de influência dos Estados Unidos, na qual ainda permanece, apesar de ter crescido nos últimos anos a participação econômica e política de outros imperialismos. A espoliação estrangeira, embora assumindo novas formas, não parou de agravar-se. De início, era uma espoliação necessariamente mercantil e fiscal, através do regime de clausura e monopólio do comércio e dos pesados tributos impostos pela metrópole portuguesa. A exploração comercial persiste até hoje, na forma do intercâmbio desigual entre os produtos que o Brasil exporta e os que adquire no exterior. Mas a ela veio somar-se a exploração financeira através dos empréstimos e investimentos que se faziam, inicialmente, a serviço do comércio externo ou na mineração destinada ao suprimento do parque industrial dos países imperialistas. Em seguida, voltaram-se para a indústria de transformação ligada ao mercado interno e hoje, também ao mercado externo. Aumenta também a exploração tecnológica, através do licenciamento de patentes ou da venda de assistência técnica.

Por todos esses canais, os monopólios estrangeiros retiram do Brasil uma parte da mais-valia aqui gerada. Com isso, acelera-se a acumulação de capital nos países imperialistas, enquanto o desenvolvimento capitalista dos países dependentes, como o nosso, se faz com grandes dificuldades. Em consequência, persistem por mais tempo, em países como o nosso, as formas pré-capitalistas de produção, acentuando-se as desigualdades sociais. A dependência do Brasil ao sistema imperialista mundial e em particular aos Estados Unidos, constitui uma questão básica para se entender as características peculiares de nosso desenvolvimento e a gravidade dos problemas sociais que nosso povo enfrenta, de longa data.

Desde que o regime militar foi estabelecido em 1964, a penetração imperialista no Brasil se intensificou.

As empresas estrangeiras, que controlavam o comércio externo e os ramos mais lucrativos da indústria de bens de consumo duráveis, começaram a transbordar para a indústria de consumo não-duráveis, e de bens produtivos, para o comércio interno, para o setor de serviços e mesmo para a agricultura. Vinculada à penetração econômica, recrudescceu a invasão cultural. E, naturalmente, se tornou mais forte a influência imperialista sobre a vida política interna e as relações externas do País.

A questão da independência nacional, da luta contra o domínio imperialista se tornou, assim, mais presente. É sobre este quadro que o Deputado Alencar Furtado lança a sua proposição. A de unir todas as forças democráticas, populares, patrióticas, num esforço para restabelecer as condições mínimas que preservem a nossa soberania e permitam a sobrevivência da Nação.

Temos certeza de que esta questão está estreitamente ligada às soluções que possam se apresentar para o restabelecimento da vida democrática. Lembrando, apenas, que a entrega das nossas riquezas, a entrega do País, a entrega do trabalho dos brasileiros à exploração do imperialismo, só foi possível sob um regime de força. Em que mais pesou a espada que tortura, a voz dos milhões de brasileiros.

A reconquista de nossa soberania, ou melhor, a sua conquista, terá necessariamente uma perspectiva democrática. Alencar Furtado diz que "depois de 19 anos, vemos um País explorado, inflacionado, desnacionalizado e, sobretudo, multinacionalizado, submetido a um Governo que tem sido o braço armado dos grupos econômicos ou das oligarquias, contra os interesses do povo brasileiro".

O Brasil — prossegue Alencar Furtado — está nas mãos da agiotagem internacional, pagando hoje, de juros, o desaforo diário de 50 milhões de dólares, mas em contrapartida, favorecendo os banqueiros nacionais que obtiveram em 82, 600 por cento de lucro, sendo o Banco do Brasil um dos recordistas mundiais de rentabilidade.

Esse mesmo Governo não tem olhos para ver a situação vexatória de dois milhões e quatrocentos mil mutuários do BNH, impossibilitados de atenderem ao seu débito com as instituições financeiras, face às exigências escorchantes de juros, taxas e correções; estão na iminência de devolver o imóvel financiado que já pagaram várias vezes, desfazendo-se o sonho da casa própria, que vai virando pesadelo; e eles mesmo, mutuários, aos poucos, virando favelados.

Falta emprego para milhões de trabalhadores, precisamente para 10 por cento da população ativa, mas não falta lugar nem oportunidade para a proliferação de escândalos administrativos como o da Loockheed, das locomotivas, da compra da Light, cujo acervo, por lei já nos pertencia, ou jogando 180 milhões de dólares no malogrado Projeto JARI.

Entre nós — propõe Alencar Furtado — o interesse nacional

precisa ser urgentemente definido, para que não se confunda com os interesses de grupos econômicos que vêem o Brasil como uma grande empresa da qual têm sido sócios majoritários. Na defesa de seu povo, ninguém é mais nacionalista do que os Estados Unidos, ninguém é mais nacionalista que a União Soviética. No Brasil, ninguém mais "entreguista" que o Governo.

Por isso o regime faliu. O Governo fracassou. É hora de reconstrução nacional. É hora de adquirirmos uma consciência nacionalista, para que não sejamos apenas uma nacionalidade, mas sobretudo uma Nação.

Para esta reconstrução nacional, Alencar Furtado propõe um programa de ação imediata:

1. Congelar por cinco anos o pagamento da dívida externa.
2. Nacionalizar os bancos e repatriar o capital dos brasileiros que depositam dinheiro na Suíça e em outros países.
3. Obrigar a empresa estrangeira reinvestir seus lucros por por cinco anos, ao fim dos quais será disciplinada a remessa de lucros de acordo com o interesse do Brasil.
4. Pagar em cruzeiro ou em espécie a assistência técnica.
5. Estreitar a aproximação do Brasil com o Terceiro Mundo.
6. Nacionalizar as gráficas e editoras estrangeiras.
7. Restaurar o monopólio estatal do petróleo.
8. Romper os compromissos com o FMI contraídos à revelia do Congresso Nacional.
9. Incentivar o cooperativismo.
10. Defender a independência e soberania do Brasil, não permitindo que sejam comprometidas por acordos ou tratados que subordinem a direção da nossa política internacional a de qualquer país.
11. Que os direitos humanos, a justiça social e as liberdades públicas sejam definitivamente asseguradas em Constituição, oriunda de UMA CONSTITUINTE.

Esta a proposta.

Temos certeza que é a mais importante proposta política que temos em mãos para sair desta crise econômica, social e política em que afundamos após 19 anos de regime autoritário. Mensagem que nos aponta a democracia e a soberania como conquistas possíveis.

Resta lutar por ela. Como propõe Alencar Furtado, também aqui desta tribuna, "lutaremos a boa luta em favor do povo e em favor do Brasil".

Para finalizar, solicitamos, pela importância evidente deste pronunciamento do representante do povo de nosso Estado na Câmara Federal, que se aprove a transcrição integral nos Anais desta Casa, do discurso proferido por Alencar Furtado.

Muito obrigada".

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Permite-me um aparte?

(Assentimento) Com satisfação, ouço o seu brilhante pronunciamento desta tarde em que se renova, ou se retoma a jornada em prol da luta pela valorização das coisas do Brasil. Quando a ilustre Deputada, ao mencionar o não menos ilustre Deputado Alencar Furtado, o seu retorno ao Congresso Nacional e a sua retomada na luta nacionalista, fico realmente feliz porque, depois de tantos anos, quando não ouvimos voz praticamente nos Parlamentos brasileiros em defesa das coisas pátrias, retoma a voz da Nação, o Líder cassado, Alencar Furtado, para dizer que esta Nação tem dono. O dono somos nós, brasileiros, e não as empresas estrangeiras, não os grupos econômicos que humilham a Nação brasileira, através da subserviência do Governo Federal.

Por isto, ilustre Deputada, fico sensibilizado e

emocionado pela sua lembrança, de mencionar a luta para tirar o Brasil desta humilhação e desta subserviência de um regime ditatorial implantado neste Brasil em 64, que fez de todos nós escravos do poder econômico internacional; subservientes ao poder econômico internacional; humilhados todos nós no sacrifício diário de não termos muitas vezes, os nossos concidadãos o que comer, como estudar, como ir trabalhar, como ter que se vestir.

Nós vemos, hoje, uma Nação humilhada, uma Nação desgraçadamente apedrejada pelo Governo da República, onde este Governo deveria estar promovendo o bem-estar da comunidade brasileira, ele faz a escravidão econômica do trabalhador brasileiro. Convertendo-o como escravo dependente no seu trabalho e na sua economia, do capital estrangeiro.

Nós precisamos retomar o espírito de nacionalidade e dizermos que este Brasil realmente vai haver de ter um dono e poderá não ser um homem que está no Poder Maior, mas haverá de ser cada um de nós, na união, no trabalho, na conscientização de que esta Nação não vai ser escravizada por ninguém e que o Fundo Monetário Internacional haverá de ser repellido pela consciência democrática do Brasil.

E agradeço a lembrança da ilustre Deputada, sensibilizado como irmão e mais sensibilizado ainda, como patriota. Porque nas suas afirmações, dizia a ilustre Deputada, é preciso retornarmos à defesa da Nação brasileira. É preciso que os anos e anos de jugo estrangeiro, implantado neste País, seja de uma vez por todas extirpado. É preciso que o imperialismo e o capitalismo selvagem sejam expulsos desta Nação e esta realmente possa vir a ter vez e voz para os brasileiros.

Vamos resolver os nossos problemas: dar pão, dar estudo, dar vestuário ao povo do Brasil; ao trabalhador brasileiro. Porque senão esta Nação vai explodir na primeira e grande revolta da América Latina, a revolta do povo pela fome, pela necessidade de alfabetização, de desenvolvimento cultural e social.

Ilustre Deputada, meus parabéns. O povo do Paraná, através de sua voz, está dignamente representado.

Muito obrigado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Agradeço o aparte do nobre Colega, que só vem enriquecer o meu pronunciamento. Muito obrigado.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Só apenas para dizer à Senhora, que me chamou de deslegante...

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Eu não gostaria de tratar deste assunto, agora.

O Sr. Jorge Maia Filho — ... que no Horário da Liderança eu responderei à senhora, para que a senhora não diga...

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Porque o meu assunto é totalmente o oposto daquele que o senhor está se referindo.

O Sr. Jorge Maia Filho — ... para que a senhora não diga que estava ausente do plenário. Durante a Liderança eu ocuparei a tribuna e falarei a respeito do seu pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI — Era só, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

No horário destinado às Lideranças, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.
(Falará o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão por dez minutos).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, por dez minutos.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A inflação e o desemprego.

O Brasil da correção monetária, este País onde a moeda corrente passou a ser a ORTN e não o cruzeiro, viveu na semana passada o maior abalosísmico da sua história, iniciada em meados de 1965.

Engordando a coleção, nos deparamos com recordes e mais recordes, culminando com a fixação da correção monetária para o mês de abril em 9 por cento, mexendo violentamente em todo mundo econômico onde encontramos cadernetas de poupança, prestações de casa própria, aluguéis comerciais, etc, etc.

Evidentemente que a mudança ocorre todos os meses, há 18 anos. No entanto, o horizonte próximo da economia brasileira ficará marcado de maneira indelével com esta taxa agora fixada.

E os brasileiros que confiaram nas promessas do Governo, fizeram contas sobre o que ganhariam e o que perderiam a partir de abril.

As ORTNs passariam ao valor de 3.588,63 cruzeiros contra os anteriores 3.292,32. Com um aumento de 113,21 por cento nos últimos doze meses, desta forma, 45 milhões de pessoas que têm caderneta de poupança, se alvoroçaram quando descobriram que passariam a perceber um rendimento de 25,09 por cento ao trimestre.

Mas, será que haveriam apenas ganhos? Não, não e não, como sempre: sendo as ORTNs na realidade a verdadeira moeda nacional, seus efeitos se espraiam sobre quase toda a movimentação do dinheiro no País.

Em que situação ficarão os compradores de casa própria, pelo Sistema Financeiro da Habitação, que têm reajuste das prestações em julho: o saldo dos 9 por cento engordarão automaticamente o percentual.

Estes são os principais perdedores com esta supercorreção e devem estar preparados porque em julho, quando ocorre o reajuste das prestações, as notícias lhe serão por demais desagradáveis, porque, se a correção monetária dos 2 próximos meses for igual a de maio e de junho de 1982 — 5,5 por cento — o índice será de 113,21 por cento. Se bater em 7 por cento em cada mês virá para 119,31 por cento. Uma prestação mensal de Cr\$ 100 mil, no primeiro caso passará para 213.210,00 e no segundo caso para Cr\$ 219.310,00.

Os imóveis não residenciais, cuja locação é regida pela correção monetária, leva também um golpe bem pesado. Como está ficou acumulada em 113,21 por cento nos últimos doze meses, quem paga hoje cem mil cruzeiros pelo aluguel de uma loja, e tiver que renovar o aluguel, passará a pagar Cr\$ 213.210,00.

E o pessoal das cadernetas de poupança estará lucrando com esta taxa imposta para o mês de abril, que eleva o rendimento do trimestre a 25 por cento. O poupador sentirá que mesmo assim sairá perdendo, quando se divulgar a taxa de inflação; se ficar em 9 por cento no mês de março, hipótese das mais conservadoras, o índice acumulado do trimestre será de 265 por cento superior logicamente aos rendimentos da caderneta.

E a inflação deve estourar no mês de março próximo

passado, coisa já admitida pelo próprio Ministro do Planejamento, batendo certamente um recorde histórico de nove por cento de janeiro último, o maior percentual dos últimos dezenove anos.

Devemos lembrar que correção alta significa inflação alta e não podemos ficar felizes por termos o maior índice de inflação do mundo.

Inflação alta, preços altos; maioria dos nossos trabalhadores ganhando cada vez menos.

Tivemos oportunidade de acompanhar, no dia de ontem, pelos canais de televisão, os distúrbios ocorridos em Santo Amaro - SP. O povo com fome foi às ruas protestar. Protestou da única maneira possível procurando chamar a atenção de nossos governantes maiores para sua lastimável situação. Infelizmente, chegamos a este ponto, no qual perdemos todos.

Mas, como deve se portar um pai de família que não consegue leite para seus filhos? ? ? Seremos nós a ditar-lhes normas? ? ? Normas não existem para pais desesperados.

O desemprego no Brasil está gritante. Segundo índices da FIESP, pelo seu departamento de estatística, tivemos uma aceleração muito forte no nível de desemprego, pois somente no ano de 1983, cerca de 59.560 demissões se efetivaram só no Estado de São Paulo.

É um ritmo realmente alarmante porque significa a demissão sumária de 650 homens por dia só na Capital paulista.

O Diretor do SINE (Sistema Nacional de Emprego) operado pelo Ministério do Trabalho, está alarmado, porque aumentam os pedidos de emprego e diminuem as ofertas dos mesmos.

A média semanal de pessoas que procuram o SINE é hoje de 25.000 desempregados, contra 10.000 em janeiro deste mesmo ano.

Existem engenheiros civis que hoje estão aceitando trabalhar como auxiliar de engenheiros, ganhando de Cr\$ 70.000,00 a Cr\$ 80.000,00 por mês.

No entanto, a preocupação maior é com o operário no rodapé do problema salarial. A situação social no Brasil é periclitante. O trabalhador está chegando à miséria, realmente. O fantasma do desemprego é tremendo, aí reside o problema maior. Devemos pensar seriamente no problema do emprego, antes até do problema do salário.

A oferta do trabalho deveria ser capitulada como prioridade única e primeira. O trabalho deve ser entendido como direito natural do homem, por consequência como dever político dos homens que ostentam o poder."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB; com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvia ontem, eminentes Deputados da Bancada do PDS, apresentando críticas contundentes até, à lista tríplice para escolha de dirigentes de colégios no Estado do Paraná.

Criticavam que nesta lista tríplice, apenas a indicação seria feita pela Secretária da Educação do Estado do Paraná, quando o correto, segundo o próprio Deputado Jorge Maia, na opinião dele, seria a indicação da diretora mais votada.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso parece até uma brincadeira. Se é uma lista tríplice, se é uma lista tríplice, é evidente, os próprios meninos das escolas que vão votar, sabem que de três um será o escolhido e,

necessariamente, não teria que ser a diretora mais votada, evidentemente. Se não a coisa não seria lista tríplice, seria votação direta.

Quer dizer, a diretora mais votada vai ser a diretora do estabelecimento. Se existe lista tríplice tem que se observar lista tríplice. Então, tem que se mudar essa coisa, fazer eleição direta.

Agora, o que não dá para engolir, é dizer que de uma lista tríplice, condena-se a indicação de A,B, ou C. Então, deixa de ser lista tríplice.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu só quero que Vossa Excelência transfira as acusações feitas ao Deputado Jorge Maia, para este Deputado, que foi quem usou da tribuna e falou que se eleição é direta, então é natural que o mais votado é o eleito. Se não, o Governador também seria escolhido pelo Presidente da República entre os três mais votados.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Então, não é lista tríplice. Que lista tríplice é esta que o mais votado é que está nomeado?

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas, o mais votado é o desejo popular.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Então, não é lista tríplice. Então muda-se o nome da coisa. Agora, não vem Vossa Excelência fazer uma crítica dizendo: "ora, na lista tríplice tem que ser apontado o mais votado".

O Sr. Tércio Albuquerque — Então, não é crítica, é proposição da vossa Bancada.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Se aquilo não foi crítica, então não sei onde é que nós vamos chegar. Então, vamos longe ...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte ainda?

Vossa Excelência está acostumado como um brilhante radialista, a criticar os Parlamentares, os políticos na emissora e há de convir que Vossa Excelência tem feito críticas aqui também, e propostas em forma de críticas. Nós temos o direito como Oposição de criticar o que achamos errado. Agora, nós criticamos embasados no pensamento da Associação Paranaense dos Professores.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Só não posso admitir, Deputado Tércio Albuquerque, é que Vossa Excelência insista ainda na tal da lista tríplice que tem que ser o mais votado.

Com o aparte o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Ilustre Deputado, talvez o ilustre Deputado Tércio Albuquerque, não tenha se atentado para um detalhe que para ele pode ser de somenos importância, mas é de importância fundamental. A responsabilidade da educação no Estado do Paraná é primordialmente do Governo do Estado do Paraná, por conseguinte, a eleição para formação da lista tríplice, constitui-se apenas em um dado elementar para orientar o Governo do Estado na escolha do destino educacional que ele pretende imprimir ao município e ao Estado.

Conseqüentemente, não poderia se fazer, pois, seria abrir mão de poderes que o povo lhe delegou e a Constituição Federal lhe garante, de que ele é o responsável maior pelo destino do Estado e também o responsável maior pelo destino

da educação no seu Estado.

Por conseguinte, nobre Deputado, é apenas para dizer ao Deputado Tércio Albuquerque a eleição é apenas um complemento informativo para que o Governador possa ter o conhecimento de causa, do que pensa a comunidade. Mas a decisão maior, é do Governador.

O SR. FERRARI JÚNIOR — É o que nós entendemos e o que o Deputado Tércio Albuquerque até agora não entendeu.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte?
Está aqui por escrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu só queria dizer que daqui há pouco não é aparte mais, virou uma rachadura. Até agora não falei nada.

O Sr. Tércio Albuquerque — Não falou nada porque não tem o que dizer. Mas está aqui, por escrito, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O Sr. continua insistindo que lista tríplice tem que ser a mais votada. Então não é lista tríplice. Eu não estou discutindo o critério.

O Sr. Tércio Albuquerque — Dê-me um segundo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Tem o segundo.

O Sr. Tércio Albuquerque — Olha aqui, eu vou ler a carta aberta...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Já passou o segundo, Excelência.

Mas continuando, Sr. Presidente, a Bancada do PDS insiste em fazer acusações ao Governo do Sr. José Richa, recém-empossado. E surgiu esse problema todo com a imprensa, mais diretamente o jornal "O Estado do Paraná" e alguns Deputados do PDS, digo alguns, estão com uma vibração encima deste assunto que parece um bom negócio de louco, numa torcida infernal para que a briga continue, porque é ruim para o Estado do Paraná, porque é ruim para o Governo do Estado e para o seu povo.

Ora, nós sabemos perfeitamente bem que o próprio jornal "O Estado do Paraná" na edição de ontem, declara que prefere contar e acreditar naquilo que disse o Governador José Richa, que não vai haver boicote e nem deve haver; que não haja boicote. Somos também frontalmente contrários a qualquer tipo de boicote à imprensa. O próprio jornal "O Estado do Paraná" declarou na edição de ontem, que prefere diante de tudo o que ocorreu acreditar no próprio Governador José Richa em declarações prestadas em Londrina de que não vai haver boicote ao jornal "O Estado do Paraná".

E quando vejo alguns Deputados do PDS vibrando com esse estado de coisas sinto-me e fico realmente preocupado. Sou amigo pessoal do Dr. Paulo Pimentel, Presidente desta organização. Sou amigo pessoal do Governador José Richa. E esse problema que surgiu em torno desse órgão e o Governo do Estado do Paraná fizeram uma manobra e jogaram uma possível briga Richa e Paulo Pimentel. Isso é ruim para o Estado do Paraná.

Não vamos fomentar esse tipo de briga. São dois líderes políticos que não se pode negar, evidentemente. Paulo Pimentel governou o Estado do Paraná com o voto do povo do Estado do Paraná, da mesma forma que Richa está a governar. E se fomentar uma briga entre as duas grandes lideranças, com Richa de um lado e Pimentel de outro, é ruim para o Estado do Paraná, é muito ruim.

Vamos deixar para que a coisa caminhe para uma solução normal, absolutamente normal e que a imprensa,

evidentemente, que fique na nossa posição, continue na sua posição fiscalizadora. É importante e isto faz parte do programa do PMDB. A imprensa precisa e deve ser livre, deve mostrar os defeitos, os erros, as falhas. Mas, a partir daí e tentar por fora formar uma briga, que eu chamaria de "Briga de gigantes", isto seria muito ruim para o Estado do Paraná e isto não queremos.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado, muito obrigado por sua atenção, e eu só queria dizer a Vossa Excelência que nós, quando fomos Governo, dizíamos nesta tribuna que "manda quem pode, obedece quem precisa".

Quem manda agora são os senhores. E esta farsa de lista tríplice, Deputado Ferrari Júnior, não tivemos a coerência ou a incoerência de praticá-la. Os Deputados da região, os líderes da região mandavam que se nomeasse uma diretora de confiança, porque é cargo de confiança.

Agora Vossa Excelência fala muito bem defendendo o Governo Richa, e que neste momento não quero por obstáculo. Agora, briga Richa e Paulo Pimentel, que nada tem com a nossa bancada. Não tem nada, Deputado Ferrari Júnior, porque nós queremos a paz do povo. Queremos a paz de todos os paranistas. Que embora não tivesse comungado...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Meu caro Deputado Gabriel

Manoel, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e vou concluir, porque termino nos dez minutos e depois o Deputado Requião vai completar o horário da liderança.

Eu só quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, que há um reparo a ser feito. Vossa Excelência disse que hoje quem manda somos nós. Não, não é verdade. Quando o PDS era governo, realmente vocês mandavam, quando o PDS era governo. Hoje que o PMDB é governo, quem manda não somos nós, Deputado, é o povo, e há uma grande diferença nisso.

Sr. Presidente, concluo deixando os dez minutos finais da Liderança do PMDB ao nobre Deputado Roberto Requião.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sou daqueles que negam, a Bancada do PDS, inteligência, criatividade e capacidade de contribuir para a grande discussão dos problemas sociais que atingem o País e que têm que ser resolvidos por todo o povo e não só pelo PMDB. A bancada realmente é criativa e inovadora. Ainda há poucos instantes, víamos o Deputado Donato Gulin contribuindo para a abertura da Assembléia, freqüentando o plenário sem o tradicional paletó e gravatada. Parece-me saudável esta atitude, e eu concordo com a mesma.

Mas, acho que temos questões mais sérias a debater. Chamo a Bancada do PDS à colação para a discussão das grandes questões que estão sendo postas pela proposta democrática do PMDB. Outro dia, desta tribuna, eu afirmava que estávamos sendo, nesta Assembléia, situação e a nossa própria oposição, porque a Bancada do PDS estava levantando problemas pessoais, debatendo ao nível violento com os companheiros do PMDB, mas não participava do debate da grande questão democrática.

Hoje, surpreendo-me com um grupo de professores, que se opõem a algumas medidas do Governo e venham procurar exatamente a Bancada do PMDB e não dão menor atenção à Bancada do PDS, porque parece que ela não está disposta a discutir as questões de democracia e da participação e coloca algumas questões a título de abertura do debate.

O PMDB . . .

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Em seguida.

Colocarei as questões e não só concedo, como solicito sua contribuição para tornar esta Assembléia uma Casa séria de debates.

A grande questão colocada hoje pelo Governo Richa, a respeito da democratização do ensino, é a eleição direta nas escolas. Os professores se preocupam pela precipitação do Governo em colocar esta eleição através de uma lista tríplice, no próximo dia 13. E nós nos indagamos: o que realmente é o processo democrático? Será que o processo se esgota numa eleição direta, ou a essência mesmo da democracia é a liberdade, o direito das minorias se manifestarem e a maioria é a simplesmente sua forma de proceder? Será o bastante uma eleição direta para a democratização do ensino? Ou estamos necessitando de uma participação mais ampla da comunidade, dos professores, na discussão, na própria orientação política e pedagógica da Secretaria de Educação? Seria mais democrático um delegado de polícia, eleito por eleição direta, torturador e arbitrário? Ou um delegado nomeado que conseguisse proceder de uma forma mais aberta e disciplinada legalmente?

As questões estão colocadas. O PMDB se preocupa com este debate. Mas, está tendo que debater sozinho, sem a contribuição da bancada do PDS nesta Casa. Estamos debatendo com a sociedade e o partido da minoria, o partido do regime que não consegue sair de suas propostas autoritárias e se incorporar à sociedade civil, se incorporar à Nação brasileira no grande debate da questão democrática.

Concedo o aparte, esperando a brilhante colaboração do Líder da Minoria.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveria — Agradeço. Vossa

Excelência hoje está generoso nos adjetivos. Respondo a Vossa Excelência que Vossa Excelência pode ter o juízo que entender conveniente fazer a respeito da Bancada do PDS, mas prefiro hoje tentar dialogar com Vossa Excelência em termos da proposta democrática que Vossa Excelência defende da tribuna.

Ainda hoje pela manhã procurei Vossa Excelência no seu gabinete, como procurei, igualmente, o Deputado Rubens Bueno, Vice-Líder do PMDB, para propor a Vossa Excelência a constituição de uma Comissão Especial na Assembléia Legislativa, para propor a reforma da Constituição Estadual.

Se nós falamos de que queremos um Parlamento livre e forte, porque não há democracia sem Parlamento livre e forte, nós precisamos também - nós, aqui no Paraná - o Governo democrático que Vossa Excelência alega existir no Paraná, dar demonstração efetiva de que é possível no Estado, sair uma proposta democrática.

E coloco a Vossa Excelência, também, como primeira questão, a sua contribuição e de sua bancada, no sentido de que nós possamos reformar a Constituição Estadual.

E eu conheço os óbices de ordem legal e constitucional que nós defrontaremos nessa tarefa de ordem legal e constituição que atenda às aspirações democráticas da sua gente. Mas conto com o brilho da sua capacidade e de seus companheiros de bancada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO -Evidentemente, todas as reformas que tendam à democratização e valorizem o Legislativo, terão o apoio fechado da Bancada do PMDB.

De qualquer forma, a proposta da reforma constitucional pela reforma, parece-me, em princípio, inaceitável. Estamos confundindo a forma com a essência. Temos que saber o que se quer reformar, para que se quer reformar.

A grande questão é a questão de que não estamos procurando mais uma democracia formal; a grande questão é que

a democracia direta, o procedimento do processo democrático através das decisões das maiorias, já não é mais bastante. A absolutização da representação parlamentar, a absolutização do mandato do Executivo não são mais suficientes para o mundo moderno.

A proposta da tribuna popular nesta Casa, foi uma proposta que tentou abrir caminhos, que tentará abrir caminhos para que os Deputados consigam discutir as questões colocadas pela sociedade.

Existe a proposta do Governador José Richa, de criar um grande conselho consultivo de administração; uma proposta por exemplo, que eu, particularmente, Deputado do PMDB, não considero com agrado, porque acho que, no momento em que o Legislativo está tão desvalorizado e o Executivo tão hipertrofiado ao nível do município, do Estado e da Nação, a criação deste Conselho estaria atropelando o Poder Legislativo.

Mas, são questões que deveriam ser levantadas também pela Oposição, discutidas também pela Oposição, a nível de construção do projeto democrático brasileiro.

Mas, nesta Casa, só encontramos comportamentos exarcebados. E o debate legítimo, a contribuição para o processo parece que foi abandonada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Concordo com Vossa Excelência. Acho que, realmente esta Casa precisa parar de analisar aspectos pessoais, de volver os olhos para o passado da biografia de cada um, e tentar construir juntos supra-partidariamente, o futuro do nosso Estado.

Não há, da parte da Bancada do PDS, nenhum desejo em atropelar o Governo de Sua Excelência o Sr. José Richa. Temos, como Vossa Excelência, como os companheiros da Assembléia do PMDB, a preocupação maior em ser dignos representantes do povo paranaense, nesta Assembléia Legislativa.

Nós não preocupamos, inclusive somente com a crítica. Acho que Vossa Excelência quando faz um pronunciamento nesta Casa, engrandece este Parlamento. Quando procura trazer ao debate, assunto sério, pertinente, que diz respeito ao futuro do nosso Estado, e, permita-me Vossa Excelência discordar quando Vossa Excelência afirma que não há, por parte da Bancada do PDS, nenhuma preocupação desta natureza. Ao contrário, do que Vossa Excelência afirma, já apresentei emenda à Constituição, procurando submeter as públicas ao crivo deste Parlamento. Como Vossa Excelência, também, talvez desinformado, comete outro equívoco, quando afirma que os professores não procuraram a Bancada do PDS.

Ao contrário.

Temos aqui, nobre Deputado Roberto Requião, hoje, a cópia dos documentos que informaram à Associação Paranaense dos Professores, nas vésperas da eleição. Está aqui: "Educação - programado Governo José Richa - Mensagem aos Professores, assinado pelo Governador José Richa...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - (Questão de ordem)

Sr. Presidente, gostaria de consultar Vossa Excelência se eu poderia ceder, no Horário da Liderança do PDS, mais dez minutos para que o Deputado Roberto Requião pudesse concluir seu pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Atendendo a Vossa Excelência, no horário destinado à Liderança do

PDS, se Vossa Excelência assim o desejar, pode ocupá-lo por dez minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Obrigado, nobre Líder.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência, eu recebi estes documentos, eminente Deputado, do Professor Izaías Ogliari, Presidente da Associação Paranaense dos Professores. E nós estamos realmente preocupados com o problema educacional, porque entendemos que o problema de educação compromete todo o esforço de desenvolvimento em favor de uma sociedade com justiça social e liberdade, que nós queremos implantar no Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Levando adiante o nosso diálogo; porque é esse o diálogo que eu espero, como Deputado nesta Assembléia. Não me elegi para ser um ator e demonstrar dotes oratórios ou qualidades de retóricas melhores ou piores que os meus companheiros. Quando me propuz, como candidato a Deputado, era para ocupar um espaço, para discutir as grandes questões nacionais. O ilustre Líder do PDS levantou o aspecto da sua proposta de submissão da indicação dos diretores de determinadas empresas a esta Assembléia. A idéia é realmente excelente e contaria, tenho certeza, com o fechamento de nossa bancada. Mas, a questão é um pouco mais delicada: anos de autoritarismo e arbítrio, tornaram a sua proposta de emenda Constitucional, em uma proposta de emenda inconstitucional. A Assembléia do Rio Grande do Sul, já havia conseguido esta modificação na Constituição do Estado. E mesmo nos Estatutos das Estatais do Rio Grande do Sul já continham esta exigência. No entanto, o novo Governador do PDS através de mandado de segurança, impetrado ao Supremo Tribunal Federal, conseguiu a declaração de inconstitucionalidade dessa medida. Então, mais do que uma tarefa de trabalho das Bancadas do PMDB e do PDS pela democratização dessa classe, temos um trabalho no Congresso Nacional...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

Permite dialogar com Vossa Excelência? As razões levantadas pelo Governador do Rio Grande do Sul, que eu não concordo, são as razões do período de arbítrio que a Nação brasileira viveu. E nós, do Paraná, se quisermos realmente fazer uma proposta democrática, temos a obrigação com o Governador José Richa que pretende a valorização deste Poder, segundo a sua opinião, segundo a opinião do Presidente da Casa, Deputado Trajano Bastos, segundo a opinião do Líder do seu partido, Deputado Nilso Sguarezi, tenho certeza que o Governador José Richa, democrata como é, Parlamentar por Excelência como é, não irá levantar as mesmas razões do Governador Jair Soares, que nesse episódio anda mal, para declarar inconstitucional uma emenda que, no meu entendimento realmente deve ser analisada com profundidade, não só sob o aspecto da constitucionalidade, mas até sob o aspecto do choque entre o Direito Público e o Direito Comercial.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concordo com Vossa Excelência que o Governo do PMDB viabiliza o processo democrático no nosso Estado. Mas, a nossa preocupação maior é com a própria Nação brasileira que tem que se democratizar. O autoritarismo que o PDS

vive, é o mesmo autoritarismo que atravessa a sociedade brasileira, de ponta a ponta.

É o autoritarismo que surge lá na estrutura rural, passa por toda a organização social e passa pelo PDS, como passa pelo PMDB...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E é histórico e até atávico, no povo brasileiro, nobre Deputado.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Eu agradeço o aparte concedido e fiz questão de participar com este meu aparte, à palavra de Vossa Excelência, essa palavra tem sido sempre uma palavra séria, competente e sempre nos enriquecendo, porque, quando o debate é colocado da forma como Vossa Excelência o vem colocando, acho que todos nós devemos participar de debates dessa natureza e dessa ordem, eis que se trata de debates de interesse do nosso Estado.

Início, dizendo a Vossa Excelência que nós, da Bancada do PDS sabemos que, pelo menos a grande maioria dos Srs. Deputados do PMDB são homens bem intencionados e que procuram trazer, através de suas palavras, de suas idéias, uma contribuição que seja benéfica ao nosso Estado, e concordamos sempre com o propósito e com a razão de estarmos aqui representando parcela do povo neste Poder Legislativo.

Eu queria fazer algumas colocações quando Vossa Excelência diz que as professoras não procuraram a nossa bancada; Deputado, é óbvio e natural que procurassem a bancada do Partido do Governo, porque as medidas que contrariam os interesses da classe do Magistério, só o Governo pode receber, então, essa bancada é que deverá ser procurada porque a ela, em primeira instância, compete a solução e a decisão dos problemas do Magistério, e a nós da Oposição cabe cobrar as medidas do Governo, se elas não forem, em primeira instância, solucionadas.

Desejo dizer também que quando há dias atrás fiz uso desta tribuna, foi dirigida a minha palavra exatamente nesse sentido, assim como tenho ouvido também, isto é, exatamente cobrando isto que agora Vossa Excelência traz, cobrando ao Governo, ao PMDB no seu todo, planos de trabalho que possam ser debatidos aqui; e o que nós víamos anteriormente, era apenas alguns Deputados do PMDB não se desvencilhando da condição de opositores, de crítica e de sistemática, debatendo sobre um assunto condenado por todos nós, um passado de AI-5, e tantas outras medidas de arbítrio, como diz Vossa Excelência, que foram feitas nesse período de exceção, neste País, que foram por todos nós também, condenados.

Se a abertura democrática está se dando, hoje, não o é somente em função do Partido de Vossa Excelência, o nosso Partido também teve a sua parcela de contribuição, com respeito e disciplina partidária, mas, tivemos a nossa palavra em favor para que isto acontecesse, também concordando com a intenção geral popular.

Então era isto, nobre Deputado, que a nossa bancada vinha cobrando desde o início, isto é, de que cabe, ao Governo apresentar planos, a iniciativa de apresentar planos. O Governo assumiu e é preciso que venham planos, para serem debatidos, como este da lista tríplice; o meu pensamento particular quanto a isto é de que a lista não deve ser tríplice, mas deve ser respeitada, mas votada, se é para ser feita uma abertura democrática e ser respeitada a opinião da maioria; então deve, sempre, o mais votado ser o escolhido e aí sim, nós acreditarmos na medida séria e bem intencionada em favor da democracia.

Este é meu pensamento pessoal, não falo em nome da minha bancada, e agradeço pelo aparte e pelas contribuições que Vossa Excelência trouxe a esta Casa, nesta tarde.

Obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Gostaria de colocar mais algumas questões sobre essa eleição direta:

Os senhores, imaginem, uma pequena comunidade dominada por uma seita religiosa qualquer, que consiga dominar a eleição numa escola e eleja um diretor e proíba o ensino da Teoria da Evolução de Darwin; não cabe ao Estado, representado por um partido político, no Poder, votado pela maioria da população, proceder a intervenção civilizatória, dando a Direção correta, ao ensino, naquela localidade? Deveriam as professoras também serem eleitas por eleição direta?

Será a eleição direta realmente uma proposta democrática, ao nível de organização do ensino, agora?

É evidente que o PMDB tomou uma atitude de extrema dignidade, abrindo mão do seu comando político, mas nós precisamos entender que, o processo democrático — e essa questão vai um pouco adiante, de qualquer forma eu estou extremamente satisfeito pela receptividade que teve esta minha proposta à Bancada do PDS e à minha própria bancada de que o aspecto estritório que tanto empolga e tem consistido na própria imagem dos Legislativos, neste Brasil, seja o aspecto do Brasil de ontem, não seja do Brasil de hoje, seja o das Assembléias anteriores, não seja o da nossa Assembléia, da redemocratização do País, desta Assembléia que é capaz de entender que existem questões suprapartidárias que dizem respeito aos destinos da própria democracia no Brasil.

Eu acredito que este apelo será bem recebido e que daqui para frente tentaremos estabelecer o novo tipo de diálogo, que talvez divirta menos a imprensa, divirta menos a eventual platéia, mas contribua muito mais para a consolidação do processo democrático brasileiro.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se deseja usar o seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Usará do horário, o Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados, e em especial à digna Deputada Irandi Pugliesi, e peço a sua atenção para que não haja mau entendido novamente.

Na realidade, Senhor Presidente, não era de minha vontade fazer uso da tribuna no dia de hoje, mas ao ouvir o pronunciamento da eminente Sra. Deputada, o qual aplaudo, por tomar uma desfe. Vi-me na condição de assumir a tribuna por quatro tópicos pontos colocados em seu pronunciamento, primeiro me chamando de deselegante, segundo, me chamando de ignorante, terceiro perguntando aonde eu estava nesses anos passados e o quarto, me vinculando a uma determinada empresa na minha cidade.

Senhora Deputada, talvez os meus anos não sejam muitos, mas o meu espírito é um tanto conservador, a minha formação é um tanto conservadora e eu ainda lembro daquele adágio antigo, — falam muito em adágio que "A uma mulher não se agride nem com palavras, nem com força física, nem mesmo com flores". Eu queria dizer à Senhora nobre Deputada, que se fui deselegante, desrespeitando a senhora como uma dama, como uma mãe de família, como uma esposa, como uma senhora, eu lhe peço de cima desta tribuna, desculpas. Agora, se fui deselegante como Parlamentar, aí eu dou à senhora o direito do diálogo.

Eu não fiz ontem, nesta tribuna, uma crítica ao seu respeitável marido.

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Logo concluirei, com todo o prazer, nobre Deputada.

Não fiz ontem desta tribuna uma crítica ao seu respeitável marido. Falei, li uma reportagem de um jornal, um determinado fato e um determinado prefeito.

Não poderia deixar para depois o que está acontecendo no presente. Não poderia preocupar-me se a Senhora, como representante da região, esteja na realidade cumprindo seus compromissos fora do plenário, como estava a Senhora na SUCEPAR ontem, não poderia deixar de dizer o meu pronunciamento, porque os pronunciamentos têm que ser ditos dentro desta Casa.

Ouvi a Senhora dizer e vou por tópicos. Se fui delesegante com a Senhora como patroa, dona de casa e mulher, peço desculpas. Se fui deselegante como Parlamentar, eu abro o diálogo.

O segundo ponto nobre Deputada, a Senhora disse que eu sou um Parlamentar acobertado por uma empresa de Apucarana, campeã em notas frias, sonegadora de impostos e FUNRURAL. Duas coisas eu respondo à Senhora Deputada: não pertencço à firma, não faço parte da diretoria ou do quadro de pessoal da firma. Se a firma na realidade sonega FUNRURAL e Impostos, eu acho que o Governo atual tem obrigação de fiscalizar e cobrar desta firma. Concordo com a Senhora.

A Senhora disse, perguntou-me nobre Deputada, aonde eu estava esses seis anos passados, quando o seu ilustre marido fazia política, e eu estava acobertando prefeitos com notas frias?

Se eu respondo para a Senhora nobre Deputada, onde eu estava nesses anos passados em que entrei na vida pública. Sou seu vizinho de cidade, moro em Apucarana, há seis anos passados entrei na vida pública, fui Vereador, fui Vice-Prefeito por circunstâncias da morte do Vice-Prefeito, fui também Presidente da Câmara dos Vereadores de Apucarana e Líder do meu Partido por seis anos. Ocupei, conjuntamente, nobre Deputada, para a Senhora se situar onde eu estava nesses anos passados, a Presidência do MOBREAL da minha cidade, sem perceber um centavo sequer. Consegui em um ano e meio, nobre Deputada, para que a Senhora saiba, fazer da minha cidade, que era a 18.^a cidade que mais analfabetos tinha do Paraná, em um ano e meio com o meu esforço próprio sem perceber um centavo, fazer dela a quarta cidade que mais tem pessoas alfabetizadas.

Quero dizer à nobre Deputada, que ocupei na minha região por dois anos, a agência do IAPAS de Apucarana e dizer à Senhora o meu trabalho, que o meu trabalho era voltado ao povo. Peguei uma agência à beira da falência, uma agência em que não podia atender os doentes da minha região, inclusive da sua cidade. Peguei uma agência que dava duas mil consultas por mês e após dois anos e meio, nobre Deputada, de trabalho de doze, quatorze horas por dia; entreguei a minha agência com cinquenta mil consultas mensais. Trabalho meu, percebendo apenas três salários mínimos, para que a Senhora saiba, nobre Deputada. O vínculo que a Senhora diz que eu tenho com a empresa eu não tenho, para que a Senhora saiba, nobre Deputada, que se eu sou acobertado com abastados homens da minha cidade, para que a Senhora saiba, eu não tenho vergonha de dizer neste Plenário, que hoje, eu devo ser um dos Deputados de poderes econômicos mais baixo nesse Legislativo e não me envergonho disso, porque fui empregado a minha vida toda e continuo sendo empregado do meu povo.

O que mais me feriu, nobre Deputada, quando Vossa

Excelência me chamou de ignorante. Eu quero dizer a Vossa Excelência que na minha vida eu fui vendedor de seguro e não tenho vergonha; fui motorista de táxi do longínquo Estado do Acre, fui tratorista, motorista de caminhão, consegui com muito esforço e muita luta, tirar apenas dois cursos universitários. Se com isso não pude sair da ignorância, confesso a Vossa Excelência, nobre Deputada, que não tenho mais condições que minha capacidade não vai a mais do que isso.

Senti mesmo, quando a Senhora disse que eu era um ignorante que não conhecia leis; fui Presidente da Câmara da minha cidade, fui Vereador...

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Permito e estou terminando o meu pronunciamento e voltarei ao primeiro ponto que é o diálogo, nobre Deputada. Mas, Vossa Excelência disse que eu era ignorante e que não conhecia leis. Meu primeiro pronunciamento nessa tribuna quando assumi, eu era e sou um Deputado do interior — represento uma parcela de vinte e quatro mil eleitores. Talvez, ignorantes como eu, mas os represento da maneira que eu sou, sem ter muito conhecimento, sem ter muita cultura como tem a nobre Deputada, como tem diversos Deputados aqui, neste Parlamento.

Nobre Deputada, quero que a Senhora tenha o obséquio, a delicadeza e a educação de rever os Anais da Casa, e ver, ler e responder-me se em um segundo sequer em meu pronunciamento eu ofendi a dignidade do seu marido.

Eu apenas nobre Deputada, li uma reportagem de um jornal da minha região, de uma denúncia feita por um Vereador do PMDB, contra a pessoa não do Waldyr Pugliesi, mas a pessoa do Prefeito de Arapongas.

Eu apenas li a reportagem.

Quando a Senhora em seu pronunciamento nobre Deputada, falou que a outra facção do PMDB não composta de corruptos, são cartorários, são milionários. Honestamente, nobre Deputada, não entro em seara alheia, problema doméstico do PMDB. E se o PMDB tem os corruptos, é com aquiescência do próprio Partido do PMDB que os aceitou e os alimenta dentro do próprio Partido.

Nobre Deputada, eu queria dizer à Senhora o seguinte: recebo, a Senhora perguntou quanto eu recebo pelo o meu trabalho. Recebo o mesmo tanto que a Senhora recebe, nenhum centavo a mais de rendimento, porque eu tenho um orgulho: sou pobre, com dignidade e com caráter. E digo mais nobre Deputada, falam tanto em corrupção, falam tanto em roubo. Chefieei uma agência do INPS em Apucarana, onde dizem que estão os maiores furos, as maiores corrupções neste órgão do Governo.

Seria uma satisfação, um prazer, de que a Senhora compusesse uma Comissão, fizesse uma sindicância na minha agência e disse se eu percebi um centavo a mais do que tinha direito.

Nobre Deputada, para que a Senhora se situe, fiquei três anos atendendo vinte e três municípios, nos três anos corri todos os municípios inclusive o de Vossa Excelência, instalando lá um ambulatório, um posto médico, para acabar com as filas. E digo, aqui, de viva voz, com orgulho, às vezes passando necessidade; em três anos, recebi o que eu teria de direito nesse período: apenas duas diárias para fazer viagem. Seria uma satisfação que vissem a minha vida para depois me compararem, que uma empresa está me acobertando por ser abastada. Meu Imposto de Renda está declarado, Senhora Deputada, com todo prazer dou o aparte a Vossa Excelência.

A Sr.^a Irondi Pugliesi — O Senhor disse que ficou magoado quando o chamei de ignorante. Eu gostaria que o Senhor distinguisse que ignorante, não é uma pessoa que seja burra, ignorante é aquele que desconhece a lei. E o Senhor nobre

Deputado, deveria conhecer a lei, como Vereador que foi, sabendo que a Câmara de Vereadores é que fixa os vencimentos dos Prefeitos Municipais.

Ignorante, não é ~~apesso~~ a burra, ignorante é aquela que não sabe. Porque eu respeito muito os ignorantes do meu País, porque são ignorantes à sua revelia, são ignorantes por esse regime imposto que está aí e que impõe ao nosso povo, o analfabetismo que não dá oportunidade para que o nosso povo possa evoluir, porque há interesses maiores e que se sentem subjugados.

E eu não quis ofendê-lo com isso, está clara a diferença de ignorância e burrice, é diferente. Agora, nós gostaríamos de dizer que estamos aqui para dialogar como Deputada. Não sou aqui a "rainha do lar". Estou aqui representando uma população de vários municípios, ao qual me confiou o mandato representativo. Não estou aqui para ser badalada como mulher, e sim a dialogar politicamente as causas do nosso povo.

E é por isso que eu estava aqui ontem a defender a nossa população falando dos prefeitos que emporcalharam o mandato quando fizeram as notas frias, surrupiando o dinheiro público. E eu lhe disse, eu disse ao PDS que estava lavando as mãos, que nós deveríamos fazer um levantamento sobre isso e eu não o atingi pessoalmente. O que eu quis dizer é que nós deveríamos, os Deputados, fazer uma CPI, fazer essa verificação. Porque uma das causas do empobrecimento dos municípios é a corrupção.

E cabe a nós procurar resolver esses problemas, porque nós estamos aqui para isso. E quando o Senhor se referiu ao Prefeito de Arapongas, não ao meu marido, e eu estou aqui para defender o Prefeito, certo?

O Senhor esteve lendo um pronunciamento feito por um Vereador, quanto ao salário do meu marido. O problema não é o salário do Prefeito de Arapongas, Waldyr Pugliesi. O problema é o salário mínimo do trabalhador brasileiro, que é irrisório, e que é o trabalhador brasileiro que paga a dívida externa deste País, é o trabalhador brasileiro sofrido que passa fome, o analfabeto.

E nós estamos aqui para discutir questões de maior importância e não questões pessoais. Por isso é que eu gostaria que o nível da discussão fosse a nível político e não a nível de discussão pessoal. Porque eu não estou aqui a questionar o seu trabalho pessoal. O que eu quis fazer foi uma avaliação de quanto o Senhor ganha e de quanto ganham os Prefeitos de todo o Paraná.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu ganho o mesmo tanto que ganha o seu marido como Prefeito.

A Sra. Irondi Pugliesi — Então, o Senhor deveria perguntar também, quanto recebem outros Prefeitos do Paraná? Porque nós não estamos aqui a discutir salários de Prefeitos. Nós estamos aqui a discutir as notas frias das prefeituras municipais.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Nobre Deputada, eu tenho a impressão que a Senhora está fazendo um discurso paralelo. Só vou dar o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, depois eu voltarei a dar o aparte à Senhora.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço a Vossa Excelência e quero também considerar-me no rol dos analfabetos do Paraná. Porque analfabetos somos todos nós que votamos talvez no PDS ou no PMDB. Analfabetos somos nós que não tivemos a glória de poder sentar num banco escolar. Mas mais analfabetos, mais ignorantes são os vigilantes que sacrificam os companheiros de ontem como está sendo sacrificado Antônio Grassano, em Arapongas.

Mas analfabetos, Deputado Jorge Maia, são os homens que ontem serviam. São os homens que serviram ontem para levar o Governo ao apogeu e agora, hoje, não servem mais. Hoje o Sr. Antônio Grassano Júnior é corrupto.

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Sempre foi, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Ontem servia, Deputado Jorge Maia, para subir ao palanque com José Richa.

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Está aqui a certidão do Tribunal de Contas desse analfabeto, de aposentadoria.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, se eu estou com a palavra, queria que me assegurasse.

Ontem, o Deputado Jorge Maia, se Vossa Excelência permitir-me o aparte eu continuarei com o meu raciocínio.

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Permite-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Após o raciocínio do Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Ontem servia Colombino Grassano,

Antônio Grassano para levar o Governo do PMDB ao apogeu. Hoje, não serve mais, hoje está aliado, hoje é corrupto. Porque que não diziam em praça pública em Arapongas e no Paraná?

A Sr.^a Irondi Pugliesi — Sempre dissemos isto e o povo de Arapongas...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

O Sr. Gabriel Manoel — Vou declinar do meu pronunciamento, já que minha palavra está sendo cassada. Ontem, Deputado Jorge Maia, Antônio Grassano servia, como servia Jayme Canet, como serviam os homens que levaram o Governador José Richa e que talvez com boas intenções queira governar o Paraná, mas sem patrulha. Porque a patrulha... Hitler, Mussolini, traíram por ser patrulheiros. A Rússia comunista há de cair também, por ser de patrulheiros.

Então, dizia Vossa Excelência e se me permite continuar com meu aparte...(Assentimento do orador), Deputado Jorge Maia, o nosso passado fala pelo nosso presente. Se ontem fui seu companheiro para servir em um palanque, só, — perdoa a comparação, "para comermos do mesmo cocho". Hoje não sirvo mais, porque a patrulha vem aí. Porque o Sr. Antônio Grassano não vai precisar mais para eleger o Sr. José Richa. É esta anomalia que digo, é isto que cobro do povo. Porque viemos aqui para representar um povo e não para àchincalhar companheiros de ontem e muito menos adversários.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em plenário, do Sr. Anésio da Rosa, Prefeito de Engenheiro Beltrão, bem como do Prefeito de Irati, Sr. Antônio Colaço e da Vereadora Severina Pereira da Silva, de Irati.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

HORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para registrar com muita alegria as presenças do Vereador maringense, Dr. João Batista Sanches, e do suplente de Vereador, também de Maringá, o Sr. Laércio Ribeiro, nossos companheiros do PMDB que nos visitam e que muito nos honram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Casa solicita dos Srs. Deputados que quando pretenderem registrar as honrosas presenças em plenário, o façam através da Mesa.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Chegaram agora, Sr. Presidente, não deu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência também registra a presença do Sr. Romeu Neves, Prefeito de Teixeira Soares.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito que Vossa Excelência determine ao Primeiro Secretário a leitura do inteiro teor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura do inteiro teor do Projeto de Lei.
(É feita a leitura do referido Projeto de Lei)

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência dispense a leitura da justificativa do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Apoiado o Projeto de lei. Ao Departamento Legislativo.

O SR. ODENI MONGRUEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria em nome da Bancada do PDS, de subscrevermos esse documento, uma vez que vem ao encontro de uma aspiração legítima, das comunidades educacionais do Estado do Paraná.

Nós vamos discutí-lo na comissão competente, porém gostaríamos desde logo, de louvar a iniciativa do Deputado proponente, participando desde logo com as nossas adesões, através de nossas assinaturas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "CORAL PARANÁ", com sede e foro em Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 143/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA ORDEM SOBERANA MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL", com sede na cidade de São Paulo. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 143/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, encontram-se inseridas na documentação em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 143/82

O ilustre Deputado JOÃO MANSUR pretende, com o presente plano de lei de sua autoria, seja declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA ORDEM SOBERANA MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E

BRASIL MERIDIONAL, com sede na cidade de São Paulo.

A entidade em epígrafe mantém-se ligada com o Grão-Magistério da Soberana Ordem Militar de Malta, com sede em Roma, exercendo suas atividades nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Associação é declarada de utilidade pública federal, estadual (pelo Estado de São Paulo) e municipal, pelo Município de São Paulo.

Imune de vícios de ordem constitucional e obediente às normas regimentais, está o processo em condições de ser APROVADO por esta Comissão.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

Em discussão.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — (Para discutir) — Sr. Presidente, a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional, quer dizer um nome tão comprido como a esperteza dos diretores desta empresa. Temos dois casos concretos aqui: Luiz Carlos Tourinho, recebeu uma Comenda e depois quiseram cobrar; Newton Carneiro, ofereceram a comenda e quiseram cobrar mil dólares.

A imprensa já denunciou por várias vezes, esta mutreta, este chuncho; quer dizer: dar título de comendador, de uma forma extorsiva. Eu acredito que utilidade pública, o que nós temos que apoiar, são as entidades assistenciais, as creches, as PMIs, a APAE, que estão fechando as portas, por falta de verbas oficiais.

Agora me parece uma desmoralização para esta Casa, tornar de utilidade pública, a tal de Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional.

Recuso-me a votar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Continua em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que já está na hora de se estabelecer uma medida moralizadora a respeito dessas declarações de utilidade pública.

Desde o meu primeiro dia de Assembléia, eu vejo desfilar, sem nenhum critério, declarações de utilidade pública. E me surpreendo, hoje, com a declaração da Organização da Comenda da Ordem de Malta.

Parece-me que os tempos do Rei Arthur e da Távola Redonda já se vão longe, e que não serão os Deputados desta digna e austera Assembléia, que irão referendar um trambique nacional, notoriamente conhecido e divulgado por toda a imprensa brasileira.

Eu não me considero em condições éticas e morais para votar a favor desta Resolução.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para discutir) Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar, em primeira discussão, Projeto de Lei nº 139/82, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, declarando de utilidade pública, o Coral Paraná. O que é o Coral Paraná?

Vale a pena votar, evidentemente, numa matéria dessa natureza. É uma entidade de caráter cultural, constituída por funcionários públicos estaduais, e com finalidades específicas; e divulgação do canto em coro artístico etc.

Realmente este Projeto de nº 143/82, é complicado em tudo, até no nome "Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional". Dizem que quando tem muito nome próprio o cidadão é "ladrão de cavalo". Esse negócio aqui, diante das denúncias, até do Deputado Fiori Luiz, especialmente, não vejo como, honestamente, esta Casa aprovar um projeto desta natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, os eminentes Deputados Fiori Luiz, Roberto Requião e Ferrari Júnior trazem a esta Casa, notícias que não eram do conhecimento dos Senhores Parlamentares, a respeito de eventuais ligações dessa entidade — que eu não conheço — e cujo projeto foi apresentado pelo eminente, nobre e ex-Presidente desta Casa, João Mansur, e, tendo em vista o impasse criado, julgo conveniente que este projeto seja retirado da Ordem do Dia para ser reanalisado na Comissão competente, na CCJ, de vez que vejo, até, uma dubiedade na atitude dos ilustres Deputados do PMDB, que o aprovaram na CCJ, e, em plenário, julgam levantar suspeitas a respeito da entidade em questão.

Em razão dessa colocação, estou requerendo à Mesa, por escrito, que o Projeto de Lei nº 142/82 seja retirado por dez sessões, de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência informa ao ilustre Deputado que este projeto está em regime de urgência, e, portanto, não cabe adiamento de discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Vossa Excelência poderia informar qual foi o autor do pedido de regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Solicito ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que fizesse chegar a esta Presidência o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — O autor do requerimento foi este Deputado, em 03/03/83, numa série de onze projetos para que se viabilizasse a Casa ter matéria para incluir na Ordem do Dia, de vez que, na verdade, Sr. Presidente, as Comissões não começaram a funcionar e nós não tínhamos matéria para constituir a Ordem do Dia.

Então, esta Liderança requereu, num elenco de onze projetos-de-lei, que estão, parece-me, hoje, pela última vez, entrando na Ordem do Dia.

Mas, a questão de ordem, é para acompanhar o requerimento do nobre Líder do PDS, porque, segundo me comunicou o nobre Deputado Losso, um dos requisitos de uma lei votada por esta Casa, para que a entidade tenha reconhecimento de utilidade pública, é que ela tenha forum e sede no Paraná. E aqui nos estatutos desta Associação, numa primeira observada, a sede é a cidade de São Paulo.

Então, acho que não levará a nada de prejuízo para o plano de lei, retirá-lo da Ordem do Dia, para que a Casa tenha uma apreciação mais serena, e, numa reavaliação da CCJ, o Plenário possa estar bem informado, inclusive da sua constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta não atendê-lo, mas não pode fugir ao que preceitua o Artigo 177 do nosso Regimento Interno, que diz o seguinte:

"Artigo 177 — Durante a discussão de uma proposição qualquer Deputado poderá requerer o adiamento de sua votação, que só será concedido, por prazo previamente fixado."

Isto, no período de discussão.

"Parágrafo único — Os projetos de prorrogação ou de adiamento das sessões legislativas, os retardos considerados urgentes não admitirão adiamento de votação."

Continua em votação.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requeiro que se cesse o Regime de Urgência desse projeto. Encaminharei à Mesa, requerimento nesse sentido.

Vossa Excelência sabe, o Regime de Urgência, a Mesa, submetendo-o a votos do Plenário, ele poderá ser retirado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Esta Presidência não vê como atendê-lo, nobre Deputado, porque o Regime de Urgência foi matéria votada pelo Plenário, portanto, matéria vencida.

O SR. ANIBAL KHURY — Mas o meu requerimento também deverá ser votado, e é a primeira vez que eu vejo que a Assembléia recusa-se a cessar um Regime de Urgência. Eu fui parlamentar durante quatorze anos e assisti vários casos desses, em que o Regime de Urgência foi cessado, por decisão do Plenário. Eu não vejo inconveniente algum e nem há algum dispositivo do Regimento Interno que impeça a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa aguarda o requerimento por escrito, de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Faço um apelo a Vossa Excelência, que, submeta a decisão de Vossa Excelência, à decisão soberana do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atenderá a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Desta forma, Sr. Presidente, creio que até nós teremos a oportunidade de analisar com mais serenidade, o projeto para o qual foi requerido Regime de Urgência, pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — De acordo com o Artigo 125, que diz das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário, e será o que a conduta da Mesa irá proceder.

Está em votação a decisão da Mesa em não receber o requerimento de adiamento de discussão; **rejeitada**.

Nestas condições, esta Presidência colocará em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que requer a retirada do Projeto de Lei nº 143/82, por dez sessões; em votação; **aprovado**.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do Deputado WILSON FORTES, que solicita 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. — **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela outorga da "Croce di Grande Ufficiale dell'Ordine al Merito della Repubblica Italiana" concedida pela República da Itália, ao

Sr. Evaristo Comolatti. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine estudos visando o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Herculândia, Ivaeté, Serra dos Dourados a Umuarama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino de Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 156/82, que pretende alterar o número de vereadores à Câmara Municipal de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja enviado expediente ao Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça, estudando a possibilidade do Distrito Judiciário de Altamira do Paraná, seja incluída na área de influência da futura vara regional de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Reverendo José Ferreira Filho pelo transcurso das bodas de pérola de sua ordenação pastoral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Secretário dos Transportes, para que seja construída uma ligação asfáltica entre Alto Alegre, Município de Colorado, à Água do Ó, Município de Santa Fé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja consignado ao Superintendente do IPE, a instalação de um ambulatório médico em Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de apelo ao Tribunal Superior do Trabalho, para a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Pato Branco, além dos municípios mencionados pela Senhora Carmen Ganem, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, divulgado na "Gazeta do Povo" na edição de seis de março. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Instituto Agrônomo do Paraná, para que sejam tomadas providências para manter o Laboratório de Análise de Solo de União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal do DNER, para a recuperação do revestimento asfáltico da BR-277. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito de Saúde. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída uma ligação asfáltica entre o Distrito de Santa Mônica à rodovia que liga os Municípios de Santa Isabel do Ivaí e Planaltina do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Diretoria Superintendente da FUNDEPAR, para construção de salas de aulas no Distrito de Umuarama em "LOVAT e NOVA JERUSALÉM". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino de Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, para ser iniciado, com urgência, obras de asfaltamento da PR-585, trecho que liga o Município de Toledo ao de Vera Cruz do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao CONCINE - Conselho Nacional de Cinema, para contrariar a iniciativa que visa extinguir a meia-entrada de cinema no Brasil. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja consignado ao Sr. Secretário dos Transportes, uma ligação asfáltica entre as cidades de Grandes Rios à Rosário. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ((Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de sugestão ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, referente a determinação de medidas pertinentes a criação e instalação de Comarca no Município de Icaraíma. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Secretário da Agricultura, para providências urgentes no sentido de instalar uma unidade veterinária desta Secretaria no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente dirigido ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que o mesmo encete providências, visando determinar o imediato e inadiável funcionamento do Serviço Telefônico, já instalados nos Municípios de Piên, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e na localidade de Trigolândia. Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Comunidade recupera rio" do jornalista Antônio Luiz de Matos, publicado no jornal "Folha de Londrina". — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a criação de uma Comarca na cidade de Terra Boa. — Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Indagaria da Mesa, antes de encaminhar a votação, se é o requerimento de pedido de Comarca no Município de Terra Boa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência informa que o requerimento é o seguinte: (Lê o requerimento)

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço o encaminhamento de votação para registrar de que esta reivindicação é uma velha reivindicação do povo de Terra Boa. Já no ano de 1976, o então Prefeito daquele município, Dr. Miguel Alves Pereira, fizemos a montagem do primeiro processo reivindicando a criação de Comarca naquele município, e como na época não se estava processando a reforma da nova organização judiciária do Estado, então não foi possível aquela conquista. Posteriormente, quando prefeito daquela cidade o Sr. Aléssio Rampazo, voltamos a fazer uma segunda montagem de processo e um novo pedido para que se tornasse aquele município Comarca. E não tendo êxito, devido a mesma situação foi também feito uma reivindicação e para isso levamos uma Comissão de Desembargadores até a Comarca de Engenheiro Beltrão aonde Terra Boa pretendia desvincular-se da Comarca de Peabiru e passar a pertencer à Comarca de Engenheiro Beltrão. Porque na via de acesso de Terra Boa a Peabiru, obrigatoriamente passa por dentro da cidade de Engenheiro Beltrão.

E aquele processo teve também uma paralisação devido a nova organização judiciária. E agora me parece tempestivo e é por isso que encaminho a votação para dizer que aprovamos em tudo este requerimento, porque há muito tempo o povo de Terra Boa vem reivindicando esta condição.

E na ausência do Deputado autor deste requerimento, quando li, eu vi que ele reivindica apenas a criação de

Comarca. E nós temos ciência de que o Tribunal de Justiça por dificuldades de criação de novas comarcas vem permitindo a criação de Varas Regionais. E estas Varas Regionais têm quase as mesmas funções de Comarca com Juiz, Promotor, apenas os cartórios permanecem funcionando aonde estão.

Então eu gostaria, mas devido a ausência do autor do requerimento, de solicitar que se fizesse uma adesão, dizendo a criação de Comarca ou uma Vara Regional, porque é neste setor de Vara Regional que me parece viável de ser atendido este pedido.

É esta a razão do encaminhamento e o meu voto é inteiramente favorável a esta pretensão do povo de Terra Boa. — (Sem revisão do orador)

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá colocar em votação este projeto e atenderá a pretensão de Vossa Excelência.

Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

Está APROVADO.

Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Ferrari Júnior, vamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam esse requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

Treze Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/82.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 08, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 140/82.

Levanta-se a sessão.